

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA | CNPJ: 54.384.631/0001-80

Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 10.042 de 05/02/1968. Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de SAÚDE, conforme artigo 4º do Estatuto Social. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.921, publicado no dia 17/12/2018, no Diário Oficial da União nº 241, com validade até 12/02/2022.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
 Submetemos a apreciação de V.Sas. O Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 com o Parecer dos Auditores Independentes, Piracicaba, 31 de Dezembro de 2018 demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece a sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias
 A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL					PASSIVO				
	2018		2017			2018		2017	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
CIRCULANTE	116.139.710,03	115.141.738,56	116.884.684,71	121.984.234,29	CIRCULANTE	45.274.649,25	58.924.815,38	45.993.959,35	59.856.486,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	50.747.084,99	34.542.165,94	57.480.347,54	39.666.207,18	Obrigações Trabalhistas	1.906.397,14	1.835.531,56	2.013.726,82	1.914.050,69
SEM RESTRIÇÃO	41.025.180,98	29.784.799,87	47.758.443,53	34.908.841,11	Obrigações Tributárias a Recolher	1.639.574,98	1.668.069,91	1.715.062,12	1.730.842,99
Caixa	11.065,78	9.188,74	11.490,69	9.533,71	Provisões Técnicas	-	-	136.493,28	781.378,54
Bancos Conta Movimento	2.337.332,77	4.137.026,82	2.547.754,74	4.299.707,88	Fornecedores	11.202.712,70	10.503.526,22	11.202.712,70	10.503.526,22
Bancos Conta Poupança	-	-	-	-	Outras Obrigações a Pagar	200.151,30	200.823,02	200.151,30	200.823,02
Bancos Conta Aplicações C/ Prazo	38.676.782,43	25.638.584,31	45.199.198,10	30.599.599,52	Provisões Sociais e Trabalhistas	5.139.714,08	5.098.826,47	5.139.714,08	5.098.826,47
COM RESTRIÇÃO	9.274.904,01	4.757.366,07	9.721.904,01	4.757.366,07	Adiantamento de Clientes	2.745.753,45	5.760.756,22	2.745.753,45	5.760.756,22
Bancos Conta Movimento	24.632,52	3.878.088,51	24.632,52	3.878.088,51	Subvenções a Realizar	22.120.345,56	33.519.281,94	22.120.345,56	33.519.281,94
Bancos Conta Poupança	-	-	-	-	Financiamentos	320.000,04	320.000,04	320.000,04	320.000,04
Bancos Conta Aplicações C/ Prazo	9.697.271,49	879.277,56	9.697.271,49	879.277,56		-	-	-	-
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	39.778.724,28	46.010.387,50	39.778.434,72	46.011.826,03		-	-	-	-
Cheques e outros títulos a receber	73.740,00	217.806,17	74.450,44	219.244,70	NÃO - CIRCULANTE	10.239.808,04	5.199.062,71	10.239.808,04	5.199.062,71
Convênios e Contratos a receber	42.415.555,00	49.190.023,35	42.415.555,00	49.190.023,35	Processos Judiciais	1.068.177,98	1.592.744,26	1.068.177,98	1.592.744,26
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(2.710.570,72)	(3.397.442,02)	(2.710.570,72)	(3.397.442,02)	Receitas Antecipadas - Subvenções	7.467.939,79	1.506.151,96	7.467.939,79	1.506.151,96
ESTOQUES	6.772.061,89	5.383.280,87	6.772.061,89	5.383.280,87	Financiamentos	1.519.999,83	1.839.999,83	1.519.999,83	1.839.999,83
Medicamentos, Materiais e Outros	6.772.061,89	5.383.280,87	6.772.061,89	5.383.280,87	Outras Obrigações a Pagar	183.690,44	257.166,62	183.690,44	257.166,62
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	12.841.838,87	29.205.904,25	12.852.840,59	30.922.940,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	147.653.740,13	139.595.514,39	147.719.777,86	139.573.245,91
Outros títulos a receber	33.007,61	33.007,61	44.009,30	1.750.043,57	Patrimônio Social	114.969.321,49	103.562.268,24	111.962.117,99	100.578.869,07
Adiantamentos	703.609,65	1.134.263,07	703.609,65	1.134.263,07	Superávit do Exercício	8.161.097,13	10.940.896,82	8.161.097,13	10.940.896,82
Impostos a Recuperar	6.968,21	3.578,74	6.968,21	3.578,74	Reserva de Reavaliação	8.871.308,72	8.871.308,72	11.946.241,74	11.921.056,70
Cartões de Crédito a Receber	233.064,48	179.338,52	233.064,48	179.338,52	Ajustes de Exercícios Anteriores	(12.871,39)	(246.570,23)	(12.871,39)	(246.570,23)
Subvenções a Receber	11.836.058,60	27.815.976,34	11.836.058,60	27.815.976,34	Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.664.884,18	16.377.610,84	15.664.884,18	16.377.610,84
Despesas Antecipadas	29.130,32	39.739,97	29.130,32	39.739,97	Transferências Internas	-	-	-	-
NÃO - CIRCULANTE	93.028.487,29	88.487.653,92	86.668.860,54	82.644.538,46	TOTAL DO PASSIVO	203.168.197,42	203.629.392,48	203.553.545,25	204.628.792,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.374.035,78	2.451.233,91	5.374.035,78	2.451.233,91					
Valores a receber	5.327.434,40	2.403.282,09	5.327.434,40	2.403.282,09					
Depósitos Judiciais	46.601,38	47.951,82	46.601,38	47.951,82					
PARTIC OUTRAS EMPRESAS	6.537.734,81	6.074.878,49	14.849,80	14.849,80					
HFC + Saúde	6.537.734,81	6.074.878,49	14.849,80	14.849,80					
(-) Equivalência Patrimonial - HFC + Saúde	-	-	-	-					
IMOBILIZADO	79.951.214,98	78.348.499,62	80.114.473,14	78.597.896,31					
Bens em Uso	31.098.754,78	30.025.999,45	31.192.294,78	30.031.489,45					
Edifícios	66.243.977,62	66.220.209,03	66.548.813,73	66.525.045,14					
Obras em Andamento	8.672.033,23	4.974.865,59	8.672.033,23	4.978.865,59					
Móveis e Utensílios	4.188.753,07	3.914.225,96	4.251.957,41	3.969.337,80					
Veículos	1.444.880,34	1.582.688,84	1.444.880,34	1.582.688,84					
Computadores e Periféricos	2.446.687,18	2.345.730,77	2.489.416,57	2.389.400,16					
Instalações	1.763.178,95	1.763.178,95	1.763.178,95	1.763.178,95					
Máquinas e Equipamentos	4.009.016,59	4.004.495,78	4.009.016,59	4.004.495,78					
(-) Depreciação Acumulada	(39.914.066,78)	(35.986.903,75)	(40.168.048,48)	(36.186.741,40)					
INTANGÍVEL	1.165.591,82	1.613.050,90	1.165.591,82	1.620.654,44					
Softwares	3.464.588,71	3.401.487,39	3.528.378,76	3.465.277,44					
(-) Amortização Acumulada	(2.299.086,89)	(1.788.436,49)	(2.362.876,94)	(1.844.623,00)					
TOTAL DO ATIVO	203.168.197,42	203.629.392,48	203.553.545,25	204.628.792,75					

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CONTROLADORA				COLIGADA	CONSOLIDADO
	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	SUPERÁVIT	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100.379.610,99	13.998.881,92	1.601.304,37	(1.598.200,20)	114.381.597,08	3.266.353,84
Resultado do período	-	-	330.333,76	(1.598.200,20)	-	2.960.763,99
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	1.601.304,37	-	(1.601.304,37)	-	-	2.960.763,99
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.598.200,20)	-	-	1.598.200,20	-	-
Incorporação referente extinção de Pessoa Jurídica (CAI e CDIA)	578.228,44	-	-	-	578.228,44	578.228,44
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(446.617,94)	(446.617,94)	(65.386,44)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	576.056,40	(576.056,40)	-	-	-	(5.773.083,65)
Participação em Outras Empresas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.537.000,00	13.422.825,52	330.333,76	(446.617,94)	114.843.541,34	5.831.397,63
Resultado do período	-	-	1.604.729,51	(1.983.956,68)	-	1.885.528,00
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	330.333,76	-	(330.333,76)	-	-	-
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(446.617,94)	-	-	446.617,94	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(1.983.956,68)	(1.983.956,68)	(1.978.727,83)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(4.551.516,80)	-	-	31.286.485,31	26.734.968,51
Participação em Outras Empresas	-	-	-	-	-	(6.051.074,16)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	101.420.715,82	8.871.308,72	1.604.729,51	(1.983.956,68)	31.286.485,31	6.117.424,97
Resultado do período	-	-	10.940.896,82	(1.983.956,68)	-	10.966.079,86
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	1.604.729,51	-	(1.604.729,51)	-	-	-
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.983.956,68)	-	-	1.983.956,68	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(246.570,23)	(246.570,23)	(246.570,23)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	2.520.779,59	-	-	-	(14.908.874,47)	(12.388.094,88)
Participação em Outras Empresas	-	-	-	-	-	(6.074.878,49)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	103.562.268,24	8.871.308,72	10.940.896,82	(246.570,23)	16.377.610,84	6.142.608,01
Resultado do período	-	-	8.161.097,13	(12.871,39)	-	8.622.261,66
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	10.940.896,82	-	(10.940.896,82)	-	-	-
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(246.570,23)	-	-	246.570,23	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(12.871,39)	(12.871,39)	(12.871,39)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	712.726,66	-	-	-	(712.726,66)	-
Participação em Outras Empresas	-	-	-	-	-	(6.537.734,81)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114.969.321,49	8.871.308,72	8.161.097,13	(12.871,39)	15.664.884,18	6.603.772,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	CONTROLADORA		COLIGADA		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO						
Superávit do exercício	8.161.097,13	10.940.896,82	461.164,53	25.183,04	8.622.261,66	10.966.079,86
Depreciação	4.726.745,75	5.531.320,34	61.747,57	72.654,68	4.788.493,32	5.603.975,02
Reversões/Constituição de provisões	(686.871,30)	2.280.308,62	-	-	(686.871,30)	2.280.308,62
Resultado na equivalência patrimonial	(462.856,32)	(23.804,33)	-	-	(462.856,32)	(23.804,33)
Ressarcimento ao SUS	-	-	13.244,97	44.759,53	13.244,97	44.759,53
Contingências	-	-	(9.000,00)	-	(9.000,00)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	-	-	102.525,40	-	102.525,40
SUPERÁVIT LÍQUIDO AJUSTADO	11.738.115,28	18.728.721,45	527.157,07	245.122,65	12.265.272,33	18.973.844,10
ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO DO AC + ANC						
Clientes	6.774.468,35	(5.377.299,23)	-	(37.625,79)	6.774.468,35	(5.414.925,02)
Cheques em Cobrança	144.066,17	(141.338,17)	-	-	144.066,17	(141.338,17)
Estoques	(1.388.781,02)	360.867,20	-	-	(1.388.781,02)	360.867,20
Impostos a Recuperar	(3.389,47)	15.640,90	-	27.632,42	(3.389,47)	43.273,32
Outros Créditos	441.263,07	(114.920,96)	-	-	441.263,07	(114.920,96)
Contas a Receber	13.002.039,47	(23.106.382,02)	1.706.762,36	(1.680.900,42)	14.708.801,83	(24.787.282,44)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)												
	CONTROLADORA				COLIGADA				CONSOLIDADO			
	2018		2017		2018		2017		2018		2017	
RECEITAS	226.395.609,44	216.703.300,39	27.677.311,22	38.311.714,49	254.072.920,66	255.015.014,88						
Receitas de Atividades Área Saúde	186.409.485,10	179.317.628,28	27.272.559,40	33.854.617,04	213.682.044,50	213.172.245,32						
Outras Receitas	39.299.253,04	39.653.950,10	404.751,82	4.559.622,85	39.704.004,86	44.213.572,95						
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	686.871,30	(2.268.277,99)	-	(102.525,40)	686.871,30	(2.370.803,39)						
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(154.120.609,42)	(139.518.354,51)	(26.028.289,92)	(36.901.737,55)	(180.148.899,34)	(176.420.092,06)						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(153.838.023,00)	(139.177.889,06)	(26.028.289,92)	(36.901.737,55)	(179.866.312,92)	(176.079.626,61)						
Outros	(282.586,42)	(340.465,45)	-	-	(282.586,42)	(340.465,45)						
VALOR ADICIONADO BRUTO	72.275.000,02	77.184.945,88	1.649.021,30	1.409.976,94	73.924.021,32	78.594.922,82						
Depreciações/Amortizações	(4.726.745,75)	(5.531.320,34)	(61.747,57)	(15.741,56)	(4.788.493,32)	(5.547.061,90)						
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	67.548.254,27	71.653.625,54	1.587.273,73	1.394.235,38	69.135.528,00	73.047.860,92						
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA												
Receitas Financeiras	3.249.471,10	3.657.263,28	344.873,50	433.193,98	3.594.344,60	4.090.457,26						
Outras	7.309.249,04	5.886.840,48	-	-	6.846.392,72	5.863.036,15						
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	78.106.974,41	81.197.729,30	1.932.147,23	1.827.429,36	79.576.265,32	83.001.354,33						
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
Colaboradores	57.535.026,64	57.019.584,70	696.517,91	737.198,53	58.231.544,55	57.756.783,23	74%	70%	73%	70%		
Aluguéis	-	-	-	28.000,00	-	28.000,00	-	0%	2%	-		
Assistência Social	7.237.832,89	7.361.355,75	-	-	7.237.832,89	7.361.355,75						
Governo	5.173.017,75	5.875.892,03	774.464,79	1.037.047,79	5.947.482,54	6.912.939,82	7%	7%	7%	8%		
Superávit do Exercício	8.161.097,13	10.940.896,82	461.164,53	25.183,04	8.159.405,34	10.942.275,53	10%	13%	10%	13%		
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	78.106.974,41	81.197.729,30	1.932.147,23	1.827.429,36	79.576.265,32	83.001.354,33						

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (EM REAIS)						
	CONTROLADORA	CONTROLADORA	COLIGADA	COLIGADA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
RECEITA BRUTA SERVIÇOS (Atividade Fim - Conforme arts 3º do Estatuto Social)	216.644.872,86	209.516.717,38	28.022.184,72	38.782.545,79	198.825.576,06	196.571.734,46
1 - (+) Receita Bruta Prestação Serviço Saúde: (atividade fim, conforme arts 3º do Estatuto Social)	216.644.872,86	209.516.717,38	28.022.184,72	38.782.545,79	198.825.576,06	196.571.734,46
(+) Convênios Privados	122.802.294,21	117.230.720,34	27.272.559,40	33.789.728,96	104.233.372,09	99.320.920,59
(+) Convênio SUS	51.988.728,82	53.441.124,18	-	-	51.988.728,82	53.441.124,18
(+) Pacientes Particulares	3.141.430,95	3.263.359,21	-	-	3.141.430,95	3.263.359,21
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos p/Custeio (NBC T)	11.138.970,39	9.628.062,14	-	-	11.138.970,39	9.628.062,14
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio (NBC T 1019)	2.711,00	1.380,32	-	-	2.711,00	1.380,32
(+) Receitas c/ Aluguéis	207.000,00	114.240,00	-	-	207.000,00	114.240,00
(+) Receitas Financeiras	1.556.562,14	1.660.254,19	344.873,50	433.193,98	1.901.435,64	2.065.448,17
(+) Outras Receitas	5.357.612,32	4.149.777,40	404.751,82	4.559.622,85	5.762.364,14	8.709.400,25
(+) Isenção Usufrúda	20.449.563,03	20.027.799,60	-	-	20.449.563,03	20.027.799,60
11 (-) Deduções:	(2.661.939,27)	(4.245.637,59)			(2.661.939,27)	(4.245.637,59)
(-) Rejeitadas	(458.589,58)	(624.734,46)	-	-	(458.589,58)	(624.734,46)
(-) Glosas	(2.203.349,69)	(3.620.903,13)	-	-	(2.203.349,69)	(3.620.903,13)
12 Receita Líquida de Prestação Serviço Saúde	213.982.933,59	205.271.079,79	28.022.184,72	38.782.545,79	196.163.636,79	192.326.096,87
13(-) Despesas Operacionais Área Saúde:	(211.891.507,96)	(202.489.793,25)	(27.561.020,19)	(38.757.362,75)	(193.611.046,63)	(189.519.627,29)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(60.642.291,05)	(60.649.824,90)	(696.517,91)	(737.198,53)	(61.338.808,96)	(61.387.023,43)
(-) Provisões Trabalhistas	(178.078,46)	(82.943,60)	-	-	(178.078,46)	(82.943,60)
(-) Depreciação	(4.457.556,14)	(5.151.482,67)	(61.747,57)	(72.654,68)	(4.519.303,71)	(5.167.224,23)
(-) Gerais	(126.000.170,36)	(116.368.802,09)	(26.798.788,82)	(33.742.798,34)	(106.957.477,66)	(98.440.984,84)
(-) Despesas Financeiras	(163.848,92)	(163.848,92)	(3.965,89)	(4.204.711,20)	(167.814,81)	(4.413.651,59)
(-) Isenção Usufrúda	(20.449.563,03)	(20.027.799,60)	-	-	(20.449.563,03)	(20.027.799,60)
14 (=) Superávit Operacional Saúde	2.091.425,63	2.781.286,54	461.164,53	25.183,04	2.552.590,16	2.806.469,58
2 (+) Receita das Atividades Sustentáveis: (fontes de recursos, geram receitas para atividade fim, conforme art 3º do Estatuto Social, baseado no CTN)	45.013.253,58	45.484.445,30	-	-	44.550.397,26	45.460.640,97
(+) Receitas c/ Contribuições Associativas	39.299.253,04	39.653.950,10	-	-	39.299.253,04	39.653.950,10
(+) Receitas c/ Aluguéis	263.280,22	172.595,76	-	-	263.280,22	172.595,76
(+) Receitas Financeiras	256.066,03	797.558,87	-	-	256.066,03	797.558,87
(+) Receita s/ Aplicações Financeiras	1.199.540,22	1.199.540,22	-	-	1.436.842,93	1.199.450,22
(+) Outras Receitas	1.478.645,50	1.448.847,00	-	-	1.015.789,18	1.425.042,67
(+) Isenção Usufrúda	2.279.165,86	2.212.043,35	-	-	2.279.165,86	2.212.043,35
Receita Líquida de Atividades Sustentáveis	45.013.253,58	45.484.445,30	-	-	44.550.397,26	45.460.640,97
21 (-) Despesas Operacionais Atividades Sustentáveis:	(38.943.882,08)	(37.324.835,02)	-	-	(38.943.882,08)	(37.324.835,02)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(1.670.199,83)	(1.661.362,76)	-	-	(1.670.199,83)	(1.661.362,76)
(-) Provisões Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	(269.189,61)	(379.837,67)	-	-	(269.189,61)	(379.837,67)
(-) Gerais	(34.606.289,28)	(32.940.066,18)	-	-	(34.606.289,28)	(32.940.066,18)
(-) Despesas Financeiras	(118.737,50)	(131.525,06)	-	-	(118.737,50)	(131.525,06)
(-) Isenção Usufrúda	(2.279.165,86)	(2.212.043,35)	-	-	(2.279.165,86)	(2.212.043,35)
22 (=) Superávit Operacional Atividades Sustentáveis	6.069.671,50	8.159.610,28	-	-	5.606.815,18	8.135.805,95
3 - (=) Superávit do Exercício (toda Entidade)	8.161.097,13	10.940.896,82	461.164,53	25.183,04	8.159.405,34	10.942.275,53

► 14 que revogou a Resolução CFC N° 877 NBC T 10.19 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

f) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09(NBC TG 16) – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2018 é de R\$ 6.772.061,89. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

g) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

j) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

l) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

m) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

n) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

o) Bens em comodato: Conforme a Lei 11.638/07 e a Resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG 13) os bens comodatos antes classificados no Sistema de Compensado, passam a integrar o Sistema Patrimonial em contas específicas de Ativo Não-Circulante e Passivo Não Circulante.

p) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização do Estoque, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 05 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto por adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

NOTA 06 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 07 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei No. 11.638/07 e Resolução do CFC No. 1.177/2009.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2018

AFOCAPI:

RUBRICAS CONTÁBEIS	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE DEPRECIACÃO	VALOR LÍQUIDO
IMÓVEIS	68.007.156,57	(10.569.470,91)	57.437.685,66
VEÍCULOS	1.444.880,34	(784.414,29)	660.466,05
EQUIPAMENTOS EM GERAL/DIVERSOS	1.278.335,58	(972.613,08)	305.722,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.188.753,07	(2.134.663,12)	2.054.089,95
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	29.348.355,28	(20.527.119,41)	8.821.235,87
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	2.446.687,18	(2.097.763,24)	348.923,94
INSTRUMENTAIS CIRURGICOS	470.063,92	(395.570,14)	74.493,78
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.009.016,59	(2.432.452,59)	1.576.564,00
SOFTWARES – AMORTIZAÇÃO	3.464.588,71	(2.299.086,89)	1.165.501,82
OBRAS EM ANDAMENTO	8.672.033,23	R\$ 0	8.672.033,23
TOTAL	123.329.870,47	(42.213.153,67)	81.116.716,80

COLIGADA:

RUBRICAS CONTÁBEIS	VALOR CONTÁBIL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	63.204,34
BENEFITÓRIAS E IMÓVEL DE TERCEIROS	304.836,11
EQUIPAMENTOS	5.470,00
COMPUTADORES E SOFTWARES	107.519,44
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(317.771,73)
TOTAL	163.258,16

NOTA 08 – TAXAS DE DEPRECIACÃO ATIVO IMOBILIZADO

Os ativos Imobilizados e Intangíveis da Entidade são depreciados conforme tabela abaixo:

CONTAS CONTÁBEIS	RUBRICAS CONTÁBEIS	TAXA DE DEPRECIACÃO (%)
122.01.0001	IMÓVEIS	4% aa
122.01.0002	VEÍCULOS	20% aa
122.01.0003	EQUIPAMENTOS EM GERAL / DVS	10% aa

Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade firmou contratos conforme abaixo especificados para recebimento no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

EXERCÍCIO	CONCEDENTE	Nº CONVÊNIO	Nº PROCESSO	SALDO A RECEBER 2018	SALDO RECEBIDO 2018	SALDO A REALIZAR 2018	RECEITA REALIZADA 2018
2012	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	TA 002/2012	001.0210.000.390/2015				26.074,80
2013	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	786007/2013	25000.093724/2013-42				40.000,00
2014	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	TA 001/2014	001.0210.000586/2014				40.000,00
2014	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	456/2014	001.0210.001037/2014				1.724,99
2015	DOAÇÃO RAIZEN	01/2015	08070508000178				66.198,17
2015	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	821055/2015	25000171984201528				50.178,51
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	320/2016	001.0210.000553/2016	1.035.133,60	-	1.035.133,60	-
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	452/2016	001.0210.000668/2016	1.818.135,60	-	1.818.135,60	-
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	525/2016	001.0210.001250/2016	4.796.083,28	3.720.478,34	4.739.320,13	3.343.151,84
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	685/2016	001.0210.001251/2016	7.272.272,44	8.090.105,90	7.853.637,03	7.514.267,22
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	832722/2016	25000073997201613				23.563,89
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	836997/2016	25000154484201611				251,03
2016	GOVERNO FEDERAL	202083/2016-76	25000.202083/2016-76		3.515.960,91	3.515.960,91	
2017	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	079/2017	001/0210/0004/2017				29.650,09
2018	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	157/2018	001/0210/000311/2018		103.303,32	103.303,32	
2018	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	792/2018	001/0210/000215/2018		400.000,00	177.922,52	3.909,85
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	86802/2018	25000076945201861	200.000,00	-	200.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	869066/2018	25000079753201814	100.000,00	-	100.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	869064/2018	25000079758201839	150.000,00	-	150.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	870067/2018	25000079762201805	400.000,00	-	400.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	877925/2018	25000133271201817	102.900,00	-	102.900,00	-
2018	GOVERNO FEDERAL	Ofício GC/CRS 0333/2018	25000016152201892		5.143.548,86	5.143.548,86	
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	032018-SEMS	1919462017		200.170,82	200.170,82	
TOTAL				15.874.524,92	21.143.568,15	25.540.032,79	11.138.970,39

As receitas antecipadas no curto e longo prazo referem-se a aquisições de equipamentos, através de recursos adquiridos com Emendas Parlamentares. As receitas de Subvenções relacionadas, serão reconhecidas conforme depreciação dos bens adquiridos, anulando o efeito da despesa de depreciação.

RECEITAS ANTECIPADAS S/SUBVENÇÕES - CURTO PRAZO	
Receitas Antecipadas - Subvenções - Termo Aditivo 02/2012 - CP	26.074,80
Receitas Antecipadas - Subvenções - Ta 001/2014 Ao Conv 560/2014 (Rm) - CP	40.000,00
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 786007/2013 - Federal - CP	40.000,00
Receitas Antecipadas - Doações	66.198,17
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 821055/2015 - Federal - CP	52.803,99
Receitas Antecipadas - Subvenções - CONV. 456/2014 - CP	1.724,99
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 079/2017- Estadual - CP	29.999,80
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 836997/2016- Federal - CP	367,51
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 832722/2016- Federal - CP	49.900,00
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 792/2018- Estadual - CP	23.086,75
TOTAL	330.155,92
RECEITAS ANTECIPADAS S/SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO	
Receitas Antecipadas - Subvenções - Termo Aditivo 02/2012 - LP	69.997,80
Receitas Antecipadas - Subvenções - Ta 001/2014 Ao Conv 560/2014 (Rm) - LP	182.195,99
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 786007/2013 - Federal - LP	189.424,17
Receitas Antecipadas - Doações	289.942,32
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 821055/2015 - Federal - LP	378.056,69
Receitas Antecipadas - Subvenções - CONV. 456/2014 - LP	10.067,32
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 079/2017- Estadual - LP	240.089,91
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 836997/2016- Federal - LP	3.056,55
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 832722/2016- Federal - LP	425.536,11
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 792/2018- Estadual - LP	203.870,90
TOTAL	1.992.237,76

NOTA 15 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional".

O Grupo "Outras Receitas", totaliza o valor de R\$ 7.302.945,60, os quais tem como itens mais relevantes:

- Parcerias Médicas / Saúde – R\$ 414.415,78
- Bonificações / Brindes – R\$ 1.196.755,47
- Trabalho Voluntário – R\$ 1.505.423,87.

A contrapartida do valor de R\$ 1.505.423,87, de Trabalho Voluntário, está registrada no Grupo "Outras Despesas", anulando a Receita mencionada acima.

NOTA 16 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento a uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2018 corresponde a R\$ 1.505.423,87. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa

NOTA 17 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG2002 em especial no item 15, que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 19- DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 35, conforme demonstrativo a seguir:

Exercício	Valor Recebido
2018	3.877,40
2017	1.380,32
TOTAL	5.257,72

NOTA 20 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 21 - FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 22 - CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba é entidade social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 23 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 24- ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força das Leis No. 9.532/97, (Alterada pela Lei No. 12.868/13) e Decreto 8.242/14

NOTA 25- CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba é uma instituição de saúde sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; e
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 26- REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba "AFOCAPI" é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe aos seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 40 do Estatuto Social);
- Aplica renda obtida, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 36 do Estatuto Social);
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados; e
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneros ou a entidades públicas (art.42 do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; e
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 27 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A Entidade mantém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) até a data de 12/02/2022, no Ministério da Saúde, conforme processo nº 25000.222067/2018-61, requerimento protocolado em 18/12/2018, no qual usufrui da Isenção Tributária, conforme determina o Decreto nº 8.242/14.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

NOTA 28 – INVESTIMENTOS

A AFOCAPI é investidora em sua coligada Associação de Saúde dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba e Região que é uma Associação Civil, para fins não econômicos, conforme disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro, com domicílio e sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo e tem por objetivo a operação de Plano Privados de Assistência à Saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O valor do investimento foi reconhecido pelo método da equivalência patrimonial e está representado como segue:

Informações da coligada em 31 de dezembro de 2018:

Total do Patrimônio líquido da coligada R\$ 6.603.772,54

Participação da AFOCAPI na coligada 99%

Total Investimento na AFOCAPI R\$ 6.537.734,81

NOTA 29 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 9º., item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de interação e de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos- NºSUS
Internações	10.047		7.536
Ambulatoriais	194.187	81%	123.734
Total	204.234		131.270

NOTA 30 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação da Lei 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) em seu art. 4º Decreto 8.242/14 em seu artigo 20 e Portaria do MS No. 1.970, de 16 de agosto 2011, no ano calendário de 2015 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratualização; e
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIHA).

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13), artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 5º. da Portaria do MS No. 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- Número de atendimentos SUS e N-SUS;

- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Hospital dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba
Cálculo da Filantropia 2018

Internação - Paciente Dia	Quantidade	Percentual
SUS	43.298	64,52%
Não SUS	23.813	35,48%
Total	67.111	

Atendimentos Ambulatoriais	Quantidade	Percentual
SUS	194.187	61,08%
Não SUS	123.734	38,92%
Total	317.921	

Resumo	Percentual
Percentual Internação Pacientes Dia SUS	64,52%
Percentual Atendimento Ambulatorial (até 10%)	10,00%
Percentual Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%
Percentual Atenção Oncológica	1,50%
Percentual Atenção às Urgências e Emergências	1,50%
% Filantropia	79,02%

Observações

1) Para cálculo de comprovação do percentual de Filantropia, utilizamos nos dados informações referentes a atendimentos NÃO SUS extraídas do Sistema de Informações do Ministério da Saúde (TABWIN/DATASUS/MS) do período de Janeiro a Agosto de 2018. As informações dos demais meses foram retiradas de relatórios gerenciais internos do Sistema de Gestão de Informações do Hospital dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba, tendo como parâmetro a metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Saúde/GM nº 1.970. Para apuração dos dados referentes aos atendimentos SUS, foram consideradas informações integralmente extraídas do Sistema de Informações do Ministério da Saúde - TABWIN/DATASUS/MS.

2) A ausência de relatórios no TABWIN/DATASUS/MS dos meses de Setembro a Dezembro de 2018 referentes aos pacientes NÃO SUS, deu-se pelo fato de os arquivos do CIHA não terem sido processados pelo Ministério da Saúde em tempo hábil para disponibilização dos dados.

NOTA 31 – CUSTO X SERVIÇOS PRESTADOS

Demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas:

Resultado SUS 2018 - Hospital dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba

Série Histórica: Janeiro a Dezembro 2018		
	Média Mensal SUS 2017	Média Mensal SUS 2018
Total de Custos	85.454.262,53	86.854.276,06
Total Receitas	61.534.217,07	61.585.145,37
Resultado	-23.920.045,46	-25.269.130,69
Resultado Percentual	-28%	-29%

Recursos Públicos	Média Mensal SUS 2017	Média Mensal SUS 2018
Emendas Parlamentares Recebidas	1.476.809,60	700.000,00
Humaniza SUS (30% Pró Santa Casa)	848.757,93	1.121.692,44
PRONON (dividido po 12 meses)	0,00	3.493.173,52
TOTAL	2.325.567,53	5.314.865,96

	Média Mensal SUS 2017	Média Mensal SUS 2018
Resultado com Recursos Públicos e Isenções	-21.594.477,93	-19.954.264,73
Resultado Percentual	-25%	-23%

NOTA 32 – COBERTURA DE SEGUROS

Vidas	Morte / Invalidez	72 pessoas	27.033,33
Vidas	Acidente	72 pessoas	27.033,33

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 33 – RESULTADO RELATIVO À SOCIEDADE

O HFC acredita que a gestão social deve ser respaldada nos princípios de Responsabilidade Humano, Social e Ambiental.

Os Projetos Corporativos do HFC são desenvolvidos com posturas éticas e com respeito aos colaboradores e a comunidade. Os projetos são agentes transformadores que exercem influência sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente.

Ser sócio-ambientalmente responsável é ir além da obrigação de respeitar as leis e de observar as condições adequadas de segurança e saúde para os colaboradores. Para o HFC, ser sócio-ambientalmente responsável é buscar por melhoria nos panoramas da sociedade, é ter consciência de que as ações promovem mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Os projetos buscam contribuir para o desenvolvimento da cidadania, da inclusão em uma vida social e saudável. Promovem a educação, a qualidade e o desenvolvimento da equipe e da comunidade.

Tais objetivos são traduzidos em programas concretos que consolidam e evidenciam a ação do HFC em responsabilidade social e ambiental.

PROJETO SEMEAR

O Programa Semear é um Núcleo de Treinamento que desenvolve colaboradores, na área técnica e comportamental. Atualmente é evidente a necessidade da constante atualização do conhecimento, principalmente dos profissionais de saúde, pois a velocidade das mudanças e do desenvolvimento tecnológico transformam incessantemente o ambiente de trabalho.

Com uma antevisão muito clara dessa realidade social e visando se consolidar também como um centro difusor de conhecimento, um dos projetos é do Centro de Estudos que promove um abrangente processo educacional promovendo o desenvolvimento dos colaboradores.

O HFC estimula seus colaboradores à participação em treinamentos, workshops, seminários, congressos, benchmarking e outros eventos, como forma de incentivar o desenvolvimento profissional e a disseminação do saber.

PROJETO SUPERAÇÃO

O Programa Superação tem como objetivo fomentar a cultura da prevenção, visando informar e orientar os colaboradores e a sociedade sobre as questões de saúde. Nesse programa são desenvolvidos os projetos: Outubro Rosa e Amigos do Peito, que abordam as questões sobre o câncer de mama; Novembro Azul, um projeto que orienta sobre o câncer de próstata; Dia de Doar, o projeto consiste na divulgação da importância da doação de sangue; Apoio Familiar e HFC na Comunidade são projetos sociais que promovem a educação, o bem estar, a saúde e a informação para a equipe e para a comunidade.

PROJETO BEM NASCER

O Programa Bem Nascer consiste em realizar projetos sociais que visam promover a educação, o bem estar, a saúde e a informação para os clientes, a comunidade e a equipe do HFC.

São projetos que tem como objetivo disseminar a informação, conscientizar sobre a prevenção e cuidados com a saúde, como o projeto Futura Mamãe, que realiza um curso para mulheres em qualquer fase gestacional do SUS ou de convênios. No Programa tem ainda um projeto Mãe Canguru, que promove ao recém nascido o aconchego e cuidado realizado pela mãe com supervisão de equipe técnica, a fim de aumentar e estreitar o vínculo mãe-bebê. O Projeto Plante Vida, viabiliza que toda criança nascida no HFC plante uma muda de árvore frutífera, além dos projetos Chá de Doação de amor e Gota de Ouro.

PROJETO RISO

O Programa Riso inclui diversos projetos realizados por meio do voluntariado. Nesse programa existem os projetos Cãozinho, a Cinoterapia é uma abordagem terapêutica que tem como diferencial o uso de cães no tratamento físico, psíquico e emocional dos pacientes. Inclui também, os Plantadores de Alegria, um grupo de voluntários que tem como missão arrancar boas gargalhadas de quem esta em tratamento.

O Programa ainda conta com projetos como Contador de Histórias, Mimando o Cliente, Biblioteca Viva, Capelania Evangélica, Pastoral da Saúde, Brinquedoteca, Caricatura, Filhas de Jó, Canto do Livro Querer-CLQ.

PROGRAMA	PROJETO
BEM NASCER	Futura Mamãe (Curso de Gestantes)
	Gota de Ouro e Chá de Doação de Amor (Semana Mundial Aleitamento Materno)
	Toque de Carinho
	Mãe Canguru
	Plante e Vida (Parceria Prefeitura)
SEMEAR	Dia das Crianças (Pediatria)
	Semana dos Profissionais da Saúde
	Workshop CCIH
	Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT)
	Aqueça um coração e plante o bem
SUPERAÇÃO	Workshop CEDIM
	Dia Mundial do Rim - Semana do RIM
	Simpósio Equipe Multidisciplinar
	Cento de Estudos
	Dia de Doar (Parceria Hemonúcleo)
RISO	Outubro Rosa
	Amigos do Peito
	Novembro Azul
	Cãozinho
	Plantadores de Alegria
	Contando História
	Capelania

Piracicaba, 31 de dezembro de 2018.

José Coral
Provedor

Paulo Roberto Franhani
Contador CRC 1-SP-086071/O-2



ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA
C.N.P.J - 54.384.631/0001-80

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as Demonstrações Contábeis da ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos:

Demonstração do valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros

contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis da entidade coligada.

As demonstrações da Associação de Saúde dos Fornecedor de Cana de Piracicaba denominada como coligada, conforme Nota Explicativas número 1, foram examinadas por outros auditores independentes, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório datado em 07 de março de 2019 sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP 11 de Março de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2 SP 024.298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC-SP 187.003/O-0
CNAI - SP - 1620

BOLSONARO

Invasão de terra pode virar terrorismo

Declaração do presidente foi dada em transmissão pelo Facebook na noite desta quinta-feira (18)

Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro disse que pretende enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que tipifique a invasão de terras como crime de terrorismo. A declaração foi dada durante uma transmissão ao vivo em sua página no Facebook na noite desta quinta-feira (18). Segundo ele, houve apenas um registro de "invasão" de terra no primeiro trimestre deste ano, contra 43 no mesmo período do ano passado.

"No que depender de mim, será tipificado como terrorismo", afirmou. Ele disse que conversará com parlamentares para buscar uma proposta que seja viável para aprovação no Legislativo.

Bolsonaro também defendeu o envio de um outro projeto de lei que possa estender o direito de legítima de defesa para quem atira contra pessoas que tentem invadir domicílios privados. Esta foi uma das promessas de campanha do presi-

dente. Segundo ele, uma lei semelhante foi aprovada recentemente na Itália.

"Invasão de domicílio ou de propriedade outra, uma fazenda ou uma chácara, o proprietário pode se defender atirando, e se o outro lado resolver morrer, é problema dele. Propriedade privada é sagrada", disse. Ele também alegou que uma medida dessa natureza precisa ser costurada com parlamentares para ter alguma viabilidade.

A ideia, segundo Bolsonaro, seria aplicar o excludente de ilicitude nos casos em que um proprietário age para defender o seu bem ou sua propriedade.

"O nosso projeto visa que, em legítima defesa da vida própria ou de outrem, legítima defesa da propriedade ou bem próprio ou de outrem, entre aí o excludente de ilicitude. Você responde, mas não tem punição", disse, citando o caso de policiais em confronto com pessoas armadas, onde o excludente de ilicitude pode ser aplicado caso se reconheça



Divulgação Jair Bolsonaro/Redes Sociais

"No que depender de mim, será tipificado como terrorismo", afirmou o presidente

que a ação policial foi em legítima defesa.

LESTE EUROPEU

O presidente também disse que deve viajar ao Leste Europeu no segundo semestre. Ele agradeceu ao filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PS-L-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, pelos contatos interna-

cionais que ele tem feito. Eduardo cumpre agenda internacional na Europa, onde se reuniu com o primeiro-ministro da Hungria, o conservador Viktor Orbán. Depois, o deputado segue para a Itália, onde terá um encontro com o vice-premier Matteo Salvini.

Desde que assumiu o cargo, Bolsonaro fez quatro viagens internacionais. A primei-

ra foi a participação no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Depois, o presidente foi aos Estados Unidos, Chile e Israel. Bolsonaro deve viajar ao exterior em junho para a reunião do G20, grupo dos 20 países mais ricos do mundo, que ocorre no Japão. Ele também anunciou que irá a China, maior parceiro comercial do Brasil, no segundo semestre.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL.

A **ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA** é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de **SAÚDE**, conforme o art. 4º do Estatuto Social, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 10.042 de 05 de Fevereiro de 1968, com vencimento em 11/07/2019, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.921, publicado no dia 17/12/2018, no Diário Oficial da União nr. 241, com validade até 12/02/2022, com pedido de renovação realizado tempestivamente em 18/12/2018, sob processo nr. 25000.222067/2018-61 no Ministério da Saúde. Tem como finalidade estatutária, dentre outras, conforme artigo 4º:

- a) Manter o Hospital dos Fornecedores de Cana, para prestar assistência médico-hospitalar aos que buscarem seus serviços.
- b) Representar a classe, mantendo relações de cooperação e de articulação com as demais entidades afins.

COLIGADA:

Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba e Região

Associação Civil, para fins não econômicos, conforme disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro, com domicílio e sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo e tem por objetivo a operação de Plano Privados de Assistência a Saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 – NBCT – 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000).

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS.

a) Consolidação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis consolidadas da AFOCAPI, conforme divulgado na Nota N°02, foram elaboradas seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, a apresentação do exercício de 2018, está contemplado os valores da Coligada Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba e Região (Nota 01) e os dados Consolidados.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10(NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que está sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

O grupo Ativo Circulante, especificamente o item Caixa e Equivalentes, foi segregado em: *Recursos Sem Restrição*, que são os recursos próprios da Entidade e *Recursos Com Restrição*, caracterizado por Recursos de Terceiros, oriundos de Subvenções Governamentais, onde sua aplicação deverá ser comprovada por meio de Prestação de Contas ao Órgão Competente no momento oportuno:

	2018			2017
	AFOCAPI	Coligada	Consolidado	Consolidado
<u>Sem Restrição</u>				
Caixa	11.065,78	424,91	11.490,69	9.533,71
Bancos	2.337.332,77	210.421,97	2.547.754,74	4.299.707,88
Aplicações Financeiras	38.676.782,43	6.522.415,67	45.199.198,10	30.599.599,52
<u>Com Restrição</u>				
Bancos	24.632,52	-	24.632,52	3.878.088,51
Aplicações Financeiras	9.697.271,49	-	9.697.271,49	879.277,56
Geral	<u>50.747.084,99</u>	<u>6.733.262,55</u>	<u>57.480.347,54</u>	<u>39.666.207,18</u>

c) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

d) Cliente e outros recebíveis: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

e) Estimativa com créditos de liquidação duvidosa: Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, e assim atendendo a Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item 14 que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

f) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09(NBC TG 16) – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2018 é de R\$ 6.772.061,89. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

g) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** - Uma provisão é

reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

j) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

l) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

m) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

n) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

o) Bens em comodato: Conforme a Lei 11.638/07 e a Resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG 13) os bens comodatos antes classificados no Sistema de Compensado, passam a integrar o Sistema Patrimonial em contas específicas de Ativo Não-Circulante e Passivo Não Circulante.

p) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização do Estoque, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 05 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto por adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

NOTA 06 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 07 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei No. 11.638/07 e Resolução do CFC No. 1.177/2009.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2018

AFOCAPI:

RUBRICAS CONTÁBEIS	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE DEPRECIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
IMÓVEIS	68.007.156,57	(10.569.470,91)	57.437.685,66
VEÍCULOS	1.444.880,34	(784.414,29)	660.466,05
EQUIPAMENTOS EM GERAL/DIVERSOS	1.278.335,58	(972.613,08)	305.722,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.188.753,07	(2.134.663,12)	2.054.089,95
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	29.348.355,28	(20.527.119,41)	8.821.235,87
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	2.446.687,18	(2.097.763,24)	348.923,94
INSTRUMENTAIS CIRURGICOS	470.063,92	(395.570,14)	74.493,78
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.009.016,59	(2.432.452,59)	1.576.564,00

SOFTWARES – AMORTIZAÇÃO	3.464.588,71	(2.299.086,89)	1.165.501,82
OBRAS EM ANDAMENTO	8.672.033,23	R\$ 0	8.672.033,23
TOTAL	123.329.870,47	(42.213.153,67)	81.116.716,80

COLIGADA:

RUBRICAS CONTÁBEIS	VALOR CONTÁBIL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	63.204,34
BENFEITORIAS E IMÓVEL DE TERCEIROS	304.836,11
EQUIPAMENTOS	5.470,00
COMPUTADORES E SOFTWARES	107.519,44
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(317.771,73)
TOTAL	163.258,16

NOTA 08 – TAXAS DE DEPRECIACÃO ATIVO IMOBILIZADO

Os ativos Imobilizados e Intangíveis da Entidade são depreciados conforme tabela abaixo:

CONTAS CONTÁBEIS	RUBRICAS CONTÁBEIS	TAXA DE DEPRECIACÃO (%)
122.01.0001	IMÓVEIS	4% aa
122.01.0002	VEÍCULOS	20% aa
122.01.0003	EQUIPAMENTOS EM GERAL / DVS	10% aa
122.01.0004	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10% aa
122.01.0008	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	10% aa
122.01.0009	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20% aa
122.01.0010	INSTRUMENTAIS CIRURGICOS	10% aa

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 10 – PROVISÃO DE PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais, trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, na qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

Rubrica Contábil	Valores
Contingências Passivas Cíveis	607.926,35
Contingências Passivas Trabalhistas	460.251,63
TOTAL	1.068.177,98

A entidade possui outros processos classificados como grau de risco possível ou remoto, para os quais, conforme norma de contabilidade nenhuma provisão foi efetuada:

	Valores
Processo Civil	12.389.220,15
Processo Trabalhista	1.305.547,28
TOTAL	13.494.767,43

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício ocorrido, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 12 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade firmou contratos conforme abaixo especificados para recebimento no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

EXERCÍCIO	CONCEDENTE	Nº CONVÊNIO	Nº PROCESSO	SALDO A RECEBER 2018	SALDO RECEBIDO 2018	SALDO A REALIZAR 2018	RECEITA REALIZADA 2018
2012	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	TA 002/2012	001.0210.000.390/2015				26.074,80
2013	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	786007/2013	25000.093724/2013-42				40.000,00
2014	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	TA 001/2014	001.0210.000586/2014				40.000,00
2014	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	456/2014	001.0210.000137/2014				1.724,99
2015	DOAÇÃO RAIZEN	01/2015	08070508000178				66.198,17
2015	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	821055/2015	25000171984201528			-	50.178,51
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	320/2016	001.0210.000553/2016	1.035.133,60	-	1.035.133,60	-
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	452/2016	001.0210.000668/2016	1.818.135,60	-	1.818.135,60	-
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	525/2016	001.0210.001250/2016	4.796.083,28	3.720.478,34	4.739.320,13	3.343.151,84
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	685/2016	001.0210.001.251/2016	7.272.272,44	8.060.105,90	7.853.637,03	7.514.267,22
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	832722/2016	25000073997201613		-	-	23.563,89
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	836997/2016	25000154484201611		-	-	251,03
2016	GOVERNO FEDERAL	202083/2016-76	25000.202083/2016-76		3.515.960,91	3.515.960,91	
2017	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	079/2017	001/0210/000474/2017		-	-	29.650,09

2018	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	157/2018	001/0210/000311/2018	-	103.303,32	103.303,32	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	792/2018	001/0210/000215/2018	-	400.000,00	177.922,52	3.909,85
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	868202/2018	25000076945201861	200.000,00	-	200.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	869066/2018	25000079753201814	100.000,00	-	100.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	869064/2018	25000079758201839	150.000,00	-	150.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	870067/2018	25000079762201805	400.000,00	-	400.000,00	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	877925/2018	25000133271201817	102.900,00	-	102.900,00	-
2018	GOVERNO FEDERAL	Oficio GC/CRS 0333/2018	25000016152201892	-	5.143.548,86	5.143.548,86	-
2018	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	032018-SEMS	1919462017	-	200.170,82	200.170,82	-
TOTAL				15.874.524,92	21.143.568,15	25.540.032,79	11.138.970,39

As receitas antecipadas no curto e longo prazo referem-se a aquisições de equipamentos, através de recursos adquiridos com Emendas Parlamentares. As receitas de Subvenções relacionadas, serão reconhecidas conforme depreciação dos bens adquiridos, anulando o efeito da despesa de depreciação.

RECEITAS ANTECIPADAS S/SUBVENÇÕES - CURTO PRAZO	
Receitas Antecipadas - Subvenções - Termo Aditivo 02/2012 - CP	26.074,80
Receitas Antecipadas - Subvenções - Ta 001/2014 Ao Conv 560/2014 (Rm) - CP	40.000,00
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 786007/2013 - Federal - CP	40.000,00
Receitas Antecipadas - Doações	66.198,17
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 821055/2015 - Federal - CP	52.803,90
Receitas Antecipadas - Subvenções - CONV. 456/2014 - CP	1.724,99
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 079/2017- Estadual - CP	29.999,80
Receitas Antecipadas - Subvenções Conv 836997/2016- Federal - CP	367,51
Receitas Antecipadas - Subvenções Conv 832722/2016- Federal - CP	49.900,00
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 792/2018- Estadual - CP	23.086,75
	330.155,92

RECEITAS ANTECIPADAS S/SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO	
Receitas Antecipadas - Subvenções - Termo Aditivo 02/2012 - LP	69.997,80
Receitas Antecipadas - Subvenções - Ta 001/2014 Ao Conv 560/2014 (Rm) - LP	182.195,99
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 786007/2013 - Federal - LP	189.424,17
Receitas Antecipadas - Doações	289.942,32
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 821055/2015 - Federal - LP	378.056,69
Receitas Antecipadas - Subvenções - CONV. 456/2014 - LP	10.067,32
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 079/2017- Estadual - LP	240.089,91
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 836997/2016- Federal - LP	3.056,55
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 832722/2016- Federal - LP	425.536,11
Receitas Antecipadas - Subvenções - Conv 792/2018- Estadual - LP	203.870,90
	1.992.237,76

NOTA 15 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”.

O Grupo “Outras Receitas”, totaliza o valor de R\$ 7.302.945,60, os quais tem como itens mais relevantes:

- Parcerias Médicas / Saúde – R\$ 414.415,78
- Bonificações / Brindes – R\$ 1.196.755,47
- Trabalho Voluntário – R\$ 1.505.423,87.

A contrapartida do valor de R\$ 1.505.423,87, de Trabalho Voluntário, está registrada no Grupo “Outras Despesas”, anulando a Receita mencionada acima.

NOTA 16 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento a uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2018 corresponde a R\$ 1.505.423,87. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa

NOTA 17 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG2002 em especial no item 15, que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 19- DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 35, conforme demonstrativo a seguir:

Exercício	Valor Recebido
2018	3.877,40
2017	1.380,32
TOTAL	5.257,72

NOTA 20 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 21 - FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 22 - CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba é entidade social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 23 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 24- ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força das Leis No. 9.532/97, (Alterada pela Lei No. 12.868/13) e Decreto 8.242/14

NOTA 25- CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba é uma instituição de saúde sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo

Decreto nº 8.242/14, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; e
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 26- REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba “AFOCAPI” é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe aos seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 40 do Estatuto Social);
- Aplica renda obtida, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 36 do Estatuto Social);
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde ***não*** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados; e
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.42 do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; e
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 27 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A Entidade mantém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) até a data de 12/02/2022, no Ministério da Saúde, conforme processo nº 25000.222067/2018-61, requerimento protocolado em 18/12/2018, no qual usufrui da Isenção Tributária, conforme determina o Decreto nº 8.242/14.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

NOTA 28 – INVESTIMENTOS

A AFOCAPI é investidora em sua coligada Associação de Saúde dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba e Região que é uma Associação Civil, para fins não econômicos, conforme disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro, com domicílio e sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo e tem por objetivo a operação de Plano Privados de Assistência à Saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O valor do investimento foi reconhecido pelo método da equivalência patrimonial e está representado como segue:

Informações da coligada em 31 de dezembro de 2018:

Total do Patrimônio Líquido da coligada R\$ 6.603.772,54

Participação da AFOCAPI na coligada 99%

Total Investimento na AFOCAPI R\$ 6.537.734,81

NOTA 29 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 9o., item 1, “c”, da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação e de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos- Ñ/SUS
Internações	10.047	81%	7.536
Ambulatoriais	194.187		123.734
Total	204.234		131.270

NOTA 30 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação da Lei 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) em seu art. 4º, Decreto 8.242/14 em seu artigo 20 e Portaria do MS No. 1.970, de 16 de agosto 2011, no ano calendário de 2015 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratualização; e
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIHA).

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13), artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 5º. da Portaria do **MS No. 1.970, de 16 de agosto** de 2011:

- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;

- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Hospital dos Fonecedores de Cana de Piracicaba

Cálculo da Filantropia 2018

Internação - Paciente Dia	Quantidade	Percentual
SUS	43.298	64,52%
Não SUS	23.813	35,48%
Total	67.111	

Atendimentos Ambulatoriais	Quantidade	Percentual
SUS	194.187	61,08%
Não SUS	123.734	38,92%
Total	317.921	

Resumo	Percentual
Percentual Internação Pacientes Dia SUS	64,52%
Percentual Atendimento Ambulatorial (até 10%)	10,00%
Percentual Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%
Percentual Atenção Oncológica	1,50%
Percentual Atenção às Urgências e Emergências	1,50%
% Filantropia	79,02%

Observações

1) Para cálculo de comprovação do percentual de Filantropia, utilizamo-nos das informações referentes a atendimentos NÃO SUS extraídas do Sistema de Informações do Ministério da Saúde (TABWIN/DATASUS/MS) do período de Janeiro a Agosto de 2018. As informações dos demais meses foram retiradas de relatórios gerenciais internos do Sistema de Gestão de Informações do Hospital dos Fonecedores de Cana de Piracicaba, tendo como parâmetro a metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Saúde/GM nº 1.970. Para apuração dos dados referentes aos atendimentos SUS, foram consideradas informações integralmente extraídas do Sistema de Informações do Ministério da Saúde - TABWIN/DATASUS/MS.

2) A ausência de relatórios no TABWIN/DATASUS/MS dos meses de Setembro a Dezembro de 2018 referentes aos pacientes NÃO SUS, deu-se pelo fato de os arquivos do CIHA não terem sido processados pelo Ministério da Saúde em tempo hábil para disponibilização dos dados.

NOTA 31 – CUSTO X SERVIÇOS PRESTADOS

Demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas:

Resultado SUS 2018 - Hospital dos Fornecedores de Cana de Piracicaba		
Série Histórica: Janeiro a Dezembro 2018		
	Média Mensal SUS 2017	Média Mensal SUS 2018
Total de Custos	85.454.262,53	86.854.276,06
Total Receitas	61.534.217,07	61.585.145,37
Resultado	-23.920.045,46	-25.269.130,69
Resultado Percentual	-28%	-29%
Recursos Públicos	Média Mensal SUS 2017	Média Mensal SUS 2018
Emendas Parlamentares Recebidas	1.476.809,60	700.000,00
Humaniza SUS (30% Pró Santa Casa)	848.757,93	1.121.692,44
PRONON (dividido po 12 meses)	0,00	3.493.173,52
	2.325.567,53	5.314.865,96
	Média Mensal SUS 2017	Média Mensal SUS 2018
Resultado com Recursos Públicos e Isenções	-21.594.477,93	-19.954.264,73
Resultado Percentual	-25%	-23%

NOTA 32 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Itens Segurados	Modalidade	Valor Contábil	Valor Segurado
Imóveis, Máquinas e Móveis	Empresarial	109.748.368,19	68.580.000,00
Veículos	Automóveis	1.444.880,34	1.032.000,00

Vidas	Morte / Invalidez	72 pessoas	27.033,33
Vidas	Acidente	72 pessoas	27.033,33

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 33 – RESULTADO RELATIVO À SOCIEDADE

O HFC acredita que a gestão social deve ser respaldada nos princípios de Responsabilidade Humano, Social e Ambiental.

Os Projetos Corporativos do HFC são desenvolvidos com posturas éticas e com respeito aos colaboradores e a comunidade. Os projetos são agentes transformadores que exercem influência sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente.

Ser sócio-ambientalmente responsável é ir além da obrigação de respeitar as leis e de observar as condições adequadas de segurança e saúde para os colaboradores. Para o HFC, ser sócio-ambientalmente responsável é buscar por melhoria nos panoramas da sociedade, é ter consciência de que as ações promovem mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Os projetos buscam contribuir para o desenvolvimento da cidadania, da inclusão em uma vida social e saudável. Promovem a educação, a qualidade e o desenvolvimento da equipe e da comunidade.

Tais objetivos são traduzidos em programas concretos que consolidam e evidenciam a ação do HFC em responsabilidade social e ambiental.

PROJETO SEMEAR

O Programa Semear é um Núcleo de Treinamento que desenvolve colaboradores, na área técnica e comportamental. Atualmente é evidente a necessidade da constante atualização do conhecimento, principalmente dos profissionais de saúde, pois a velocidade das mudanças e do desenvolvimento tecnológico transformam incessantemente o ambiente de trabalho.

Com uma antevisão muito clara dessa realidade social e visando se consolidar também como um centro difusor de conhecimento, um dos projetos é do Centro de Estudos que promove um abrangente processo educacional promovendo o desenvolvimento dos colaboradores.

O HFC estimula seus colaboradores à participação em treinamentos, workshops, seminários, congressos, benchmarking e outros eventos, como forma de incentivar o desenvolvimento profissional e a disseminação do saber.

PROJETO SUPERAÇÃO

O Programa Superação tem como objetivo fomentar a cultura da prevenção, visando informar e orientar os colaboradores e a sociedade sobre as questões de saúde. Nesse programa são desenvolvidos os projetos: Outubro Rosa e Amigos do Peito, que abordam as questões sobre o câncer de mama; Novembro Azul, um projeto que orienta sobre o câncer de próstata; Dia de Doar, o projeto consiste na divulgação da importância da doação de sangue; Apoio Familiar e HFC na Comunidade são projetos sociais que promovem a educação, o bem estar, a saúde e a informação para a equipe e para a comunidade.

PROJETO BEM NASCER

O Programa Bem Nascer consiste em realizar projetos sociais que visam promover a educação, o bem estar, a saúde e a informação para os clientes, a comunidade e a equipe do HFC.

São projetos que tem como objetivo disseminar a informação, conscientizar sobre a prevenção e cuidados com a saúde, como o projeto Futura Mamãe, que realiza um curso para mulheres em qualquer fase gestacional do SUS ou de convênios. No Programa tem ainda um projeto Mãe Canguru, que promove ao recém nascido o aconchego e cuidado realizado pela mãe com supervisão de equipe técnica, a fim de aumentar e estreitar o vínculo mãe-bebê. O Projeto Plante Vida, viabiliza que toda criança nascida no HFC plante uma muda de árvore frutífera, além dos projetos Chá de Doação de amor e Gota de Ouro.

PROJETO RISO

O Programa Riso inclui diversos projetos realizados por meio do voluntariado. Nesse programa existem os projetos Cãopanheiro, a Cinoterapia é uma abordagem terapêutica que tem como diferencial o uso de cães no tratamento físico, psíquico e emocional dos pacientes. Inclui também, os Plantadores de Alegria, um grupo de voluntários que tem como missão arrancar boas gargalhadas de quem está em tratamento.

O Programa ainda conta com projetos como Contador de Historias, Mimando o Cliente, Biblioteca Viva, Capelania Evangélica, Pastoral da Saúde, Brinquedoteca, Caricatura, Filhas de Jó, Canto do Livre Querer-CLQ.

PROGRAMA	PROJETO
BEM NASCER	Futura Mamãe (Curso de Gestantes)
	Gota de Ouro e Chá de Doação de Amor (Semana Mundial Aleitamento Materno)
	Toque de Carinho
	Mãe Canguru
	Plnate e Vida (Parceria Prefeitura)
	Dia das Crianças (Pediatria)
SEMEAR	Semana dos Profissionais da Saúde
	Workshop CCIH
	Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT)
	Aqueça um coração e plante o bem
	Workshop CEDIM
	Dia Mundial do Rim - Semana do RIM
	Simpósio Equipe Multidisciplinar
	Cento de Estudos
SUPERAÇÃO	Dia de Doar (Parceria Hemonúcleo)
	Outubro Rosa
	Amigas do Peito
	Novembro Azul
RISO	Cãopanheiro
	Plantadores da Alegria
	Contando História
	Capelania

Piracicaba, 31 de dezembro de 2018.

José Coral
Provedor

Paulo Roberto Franhani
Contador CRC 1-SP-086071/O-2

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA

C.N.P.J – 54.384.631/0001-80

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros Assuntos:

Demonstração do valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503

1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157

13º And. Conj. 1316

Centro de Deus – 91150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis da entidade coligada.

As demonstrações da Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba denominada como coligada, conforme Nota Explicativas número 1, foram examinadas por outros auditores independentes, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório datado em 07 de março de 2019 sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Vinho de Deus - 91150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

SÃO PAULOAlameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Aphavine - 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157

13º And. Conj. 1316

Venho Deus - 91150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa audisa.consultores

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP 11 de Março de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2 SP 024.298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC- SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1718-277B-DDC2-044A.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Centro - 9150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 10.042 de 05/02/1968. Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de SAÚDE, conforme artigo 4º do Estatuto Social. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.921, publicado no dia 17/12/2018, no Diário Oficial da União nr. 241, com validade até 12/02/2022.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRS. ASSOCIADOS,
Submetemos a apreciação de V.Sas. O Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 com o Parecer dos Auditores Independentes, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece a sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

A Diretoria

Piracicaba, 31 de Dezembro de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO					PASSIVO				
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
	CONTROLADORA	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
CIRCULANTE	110.139.710,03	115.141.738,56	116.884.684,71	121.984.254,29	CIRCULANTE	45.274.649,25	58.924.815,38	45.593.959,35	59.856.486,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	50.747.084,99	34.542.165,94	57.480.347,54	39.666.207,18	Obrigações Trabalhistas	1.906.397,14	1.835.531,56	2.013.726,82	1.914.050,69
SEM RESTRIÇÃO	41.025.180,98	29.784.799,87	47.758.443,53	34.908.841,11	Obrigações Tributárias a Recolher	1.639.574,98	1.668.069,91	1.715.062,12	1.730.842,99
Caixa	11.065,78	9.188,74	11.490,69	9.533,71	Provisões Técnicas	-	-	136.493,28	781.378,54
Bancos Conta Movimento	2.337.332,77	4.137.026,82	2.547.754,74	4.299.707,88	Fornecedores	11.202.712,70	10.503.526,22	11.202.712,70	10.503.526,22
Bancos Conta Poupança	-	-	-	-	Outras Obrigações a Pagar	200.151,30	200.823,02	200.151,30	209.823,02
Bancos Conta Aplicações C/ Prazo	38.676.782,43	25.638.584,31	45.199.198,10	30.599.599,52	Provisões Sociais e Trabalhistas	5.139.714,08	5.096.826,47	5.139.714,08	5.096.826,47
COM RESTRIÇÃO	9.721.904,01	4.757.366,07	9.721.904,01	4.757.366,07	Adiantamento de Clientes	2.745.753,45	5.780.756,22	2.745.753,45	5.780.756,22
Bancos Conta Movimento	24.632,52	3.878.088,51	24.632,52	3.878.088,51	Subvenções a Realizar	22.120.345,56	33.519.281,94	22.120.345,56	33.519.281,94
Bancos Conta Aplicações C/ Prazo	9.697.271,49	879.277,56	9.697.271,49	879.277,56	Financiamentos	320.000,04	320.000,04	320.000,04	320.000,04
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	39.778.724,28	46.010.387,50	39.779.434,72	46.011.826,03		-	-	-	-
Cheques e outros títulos a receber	73.740,00	217.806,17	74.450,44	219.244,70	NÃO - CIRCULANTE	10.239.808,04	5.199.062,71	10.239.808,04	5.199.062,71
Convenções e Contratos a receber	42.415.555,00	49.190.023,35	42.415.555,00	49.190.023,35	Processos Judiciais	1.068.177,98	1.592.744,26	1.068.177,98	1.592.744,26
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(2.710.570,72)	(3.397.442,02)	(2.710.570,72)	(3.397.442,02)	Receitas Antecipadas - Subvenções	7.467.939,79	1.509.151,96	7.467.939,79	1.509.151,96
ESTOQUES	6.772.061,89	5.383.280,87	6.772.061,89	5.383.280,87	Financiamentos	1.519.999,83	1.839.999,87	1.519.999,83	1.839.999,87
Medicamentos, Materiais e Outros	6.772.061,89	5.383.280,87	6.772.061,89	5.383.280,87	Outras Obrigações a Pagar	183.690,44	257.166,62	183.690,44	257.166,62
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	12.841.838,87	29.205.904,25	12.852.840,56	30.922.940,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	147.653.740,13	139.505.514,39	147.719.777,86	139.573.243,91
Outros títulos a receber	33.007,61	33.007,61	44.009,30	1.750.043,57	Patrimônio Social	114.969.321,49	103.562.268,24	111.962.117,99	100.578.869,07
Adiantamentos	703.609,65	1.134.263,07	703.609,65	1.134.263,07	Superávit do Exercício	8.161.097,13	10.940.896,82	8.159.405,34	10.942.275,53
Impostos a Recuperar	6.968,21	3.578,74	6.968,21	3.578,74	Reserva de Reavaliação	8.871.308,72	8.871.308,72	11.946.241,74	11.921.058,70
Cartões de Crédito a Receber	233.064,48	179.338,52	233.064,48	179.338,52	Ajustes de Exercícios Anteriores	(12.871,39)	(246.570,23)	(12.871,39)	(246.570,23)
Subvenções a Receber	11.836.058,60	27.815.976,34	11.836.058,60	27.815.976,34	Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.664.884,18	16.377.610,84	15.664.884,18	16.377.610,84
Despesas Antecipadas	29.130,32	39.739,97	29.130,32	39.739,97	Transferências Internas	-	-	-	-
NÃO - CIRCULANTE	93.028.487,39	88.487.653,92	86.668.860,54	82.644.538,46	TOTAL DO PASSIVO	203.168.197,42	203.629.392,48	203.553.545,25	204.628.792,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.374.035,78	2.451.233,91	5.374.035,78	2.451.233,91					
Valores a receber	5.327.434,40	2.403.282,09	5.327.434,40	2.403.282,09					
Depósitos Judiciais	46.601,38	47.951,82	46.601,38	47.951,82					
PARTIC OUTRAS EMPRESAS	6.537.734,81	6.074.878,49	14.849,80	14.849,80					
HFC + Saúde	6.537.734,81	6.074.878,49	14.849,80	14.849,80					
(-) Equivalência Patrimonial - HFC + Saúde	-	-	-	-					
IMOBILIZADO	79.951.214,98	78.348.490,62	80.114.473,14	78.557.800,31					
Bens em Uso	31.096.754,78	30.025.999,45	31.102.224,78	30.031.469,45					
Edificações	66.243.977,62	66.220.209,03	66.548.813,73	66.525.045,14					
Obras em Andamento	8.672.033,23	4.478.865,59	8.672.033,23	4.478.865,59					
Móveis e Utensílios	4.188.753,07	3.914.225,96	4.251.957,41	3.969.337,80					
Veículos	1.444.880,34	1.582.688,84	1.444.880,34	1.582.688,84					
Computadores e Periféricos	2.446.687,18	2.345.730,77	2.490.416,57	2.389.460,16					
Instalações	1.763.178,95	1.763.178,95	1.763.178,95	1.763.178,95					
Máquinas e Equipamentos	4.009.016,59	4.004.495,78	4.009.016,59	4.004.495,78					
(-) Depreciação Acumulada	(39.914.066,78)	(35.986.903,75)	(40.168.048,46)	(36.186.741,40)					
INTANGÍVEL	1.165.501,82	1.613.050,90	1.165.501,82	1.620.654,44					
Softwares	3.464.588,71	3.401.487,39	3.528.378,76	3.465.277,44					
(-) Amortização Acumulada	(2.299.086,89)	(1.788.436,49)	(2.362.876,94)	(1.844.623,00)					
TOTAL DO ATIVO	203.168.197,42	203.629.392,48	203.553.545,25	204.628.792,75					

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

	1 DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		CONTROLADORA		COLIGADA		CONSOLIDADO	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	
a)	RESULTADO LIQUIDO AJUSTADO							
	Superávit do exercício	8.161.097,13	10.940.896,82	461.164,53	25.183,04	8.622.261,66	10.966.079,86	
	Depreciação	4.726.745,75	5.531.320,34	61.747,57	72.654,68	4.788.493,32	5.603.975,02	
	Reversões/Constituição de provisões	(686.871,30)	2.280.308,62	-	-	(686.871,30)	2.280.308,62	
	Resultado na equivalencia patrimonial	(462.856,32)	(23.804,33)	-	-	(462.856,32)	(23.804,33)	
	Ressarcimento ao SUS			13.244,97	44.759,53	13.244,97	44.759,53	
	Contingências	-	-	(9.000,00)	-	(9.000,00)	-	
	Provisão para Perdas sobre Créditos	-	-	-	102.525,40	-	102.525,40	
	SUPERÁVIT LIQUIDO AJUSTADO	11.738.115,26	18.728.721,45	527.157,07	245.122,65	12.265.272,33	18.973.844,10	
b)	ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO DO AC + ANC							
	Clientes	6.774.468,35	(5.377.299,23)	-	(37.625,79)	6.774.468,35	(5.414.925,02)	
	Cheques em Cobrança	144.066,17	(141.338,17)			144.066,17	(141.338,17)	
	Estoques	(1.388.781,02)	360.867,20			(1.388.781,02)	360.867,20	
	Impostos a Recuperar	(3.389,47)	15.640,90	-	27.632,42	(3.389,47)	43.273,32	
	Outros Créditos	441.263,07	(114.920,96)	-	-	441.263,07	(114.920,96)	
	Contas a Receber	13.002.039,47	(23.106.382,02)	1.706.762,36	(1.680.900,42)	14.708.801,83	(24.787.282,44)	
	Depositos Judiciais	1.350,44	(34.603,71)		-	1.350,44	(34.603,71)	
	TOTAL ACRÉSCIMOS/ DECRÉSCIMOS DO AC + ANC	18.971.017,01	(28.398.035,99)	1.706.762,36	(1.690.893,79)	20.677.779,37	(30.088.929,78)	
c)	ACRÉSCIMO/ DECRÉSCIMO DO PC + PNC							
	Fornecedores	738.273,38	1.574.413,42			738.273,38	1.574.413,42	
	Honorários Médicos Pessoa Física	(67.738,57)	(16.346,28)			(67.738,57)	(16.346,28)	
	Honorários Médicos Pessoa Jurídica	28.651,67	223.088,42			28.651,67	223.088,42	
	Impostos, Taxas e Contrib. A Recolher	(28.494,93)	91.633,87	12.714,06	(48.618,71)	(15.780,87)	43.015,16	
	Salários e Direitos Trabalhistas a Pagar	70.865,58	(14.057,89)			70.865,58	(14.057,89)	
	Contas a Pagar - CP	(11.399.608,10)	27.419.888,97	28.810,55	(125.361,40)	(11.370.797,55)	27.294.527,57	
	Provisões	42.887,61	(107.331,06)	(666.551,63)	(340.663,07)	(623.664,02)	(447.994,13)	
	Adiantamento de Clientes	(3.035.002,77)	5.631.687,30			(3.035.002,77)	5.631.687,30	
	Contas a Pagar - LP	5.040.745,33	6.335,27	8.421,40	(203.671,76)	5.049.166,73	(197.336,49)	
	Ajustes de Períodos Anteriores	(12.871,39)	(246.570,23)			(12.871,39)	(246.570,23)	
	Provisões Técnicas					-	-	
	TOTAL ACRÉSCIMOS/ DECRÉSCIMOS DO PC + PNC	(8.622.292,19)	34.562.741,79	(616.605,62)	(718.314,94)	(9.238.897,81)	33.844.426,85	
	TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22.086.840,08	24.893.427,25	1.617.313,81	(2.164.086,08)	23.704.153,89	22.729.341,17	
2	DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS							
	Novas Aquisições de Ativo Imobilizado/ Intangível	(6.297.199,45)	(4.646.772,34)	(8.092,50)	-	(6.305.291,95)	(4.646.772,34)	
	Participações em outras empresas					-	-	
	Outros Investimentos				(6.654,64)	-	(6.654,64)	
	Venda/Baixa Imobilizado	415.278,42	153.866,41			415.278,42	153.866,41	
	Baixas					-	-	
	TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.881.921,03)	(4.492.905,93)	(8.092,50)	(6.654,64)	(5.890.013,53)	(4.499.560,57)	
(1+2)	VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.204.919,05	20.400.521,32	1.609.221,31	(2.170.740,72)	17.814.140,36	18.229.780,60	
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	34.542.165,94	14.141.644,62	5.124.041,24	7.294.781,96	39.666.207,18	21.436.426,58	
	VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	16.204.919,05	20.400.521,32	1.609.221,31	(2.170.740,72)	17.814.140,36	18.229.780,60	
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	50.747.084,99	34.542.165,94	6.733.262,55	5.124.041,24	57.480.347,54	39.666.207,18	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (EM REAIS)

	CONTROLADORA	CONTROLADORA	COLIGADA	COLIGADA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
RECEITA BRUTA SERVIÇOS (Atividade Fim - Conforme arts 3º do Estatuto Social)	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1 - (+) Receita Bruta Prestação Serviço Saúde: (atividade fim, conforme arts 3º do Estatuto Social)	216.644.872,86	209.516.717,38	28.022.184,72	38.782.545,79	198.825.576,06	196.571.734,46
(+) Convênios Privados	122.802.294,21	117.230.720,34	27.272.559,40	33.789.728,96	104.233.372,09	99.320.920,59
(+) Convênio SUS	51.988.728,82	53.441.124,18			51.988.728,82	53.441.124,18
(+) Pacientes Particulares	3.141.430,95	3.263.359,21			3.141.430,95	3.263.359,21
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos p/Custeio (NBC T)	11.138.970,39	9.628.062,14			11.138.970,39	9.628.062,14
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio (NBC T 1019)	19 2.711,00	1.380,32			2.711,00	1.380,32
(+) Receitas c/ Aluguéis	207.000,00	114.240,00			207.000,00	114.240,00
(+) Receitas Financeiras	1.556.562,14	1.660.254,19	344.873,50	433.193,98	1.901.435,64	2.065.448,17
(+) Outras Receitas	15 5.357.612,32	4.149.777,40	404.751,82	4.559.622,85	5.762.364,14	8.709.400,25
(+) Isenção Usufruída	20.449.563,03	20.027.799,60			20.449.563,03	20.027.799,60
11 (-) Deduções:	(2.661.939,27)	(4.245.637,59)			(2.661.939,27)	(4.245.637,59)
(-) Rejeitadas	(458.589,58)	(624.734,46)			(458.589,58)	(624.734,46)
(-) Glosas	(2.203.349,69)	(3.620.903,13)			(2.203.349,69)	(3.620.903,13)
12 Receita Líquida de Prestação Serviço Saúde	213.982.933,59	205.271.079,79	28.022.184,72	38.782.545,79	196.163.636,79	192.326.096,87
13(-) Despesas Operacionais Área Saúde:	(211.891.507,96)	(202.489.793,25)	(27.561.020,19)	(38.757.362,75)	(193.611.046,63)	(189.519.627,29)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(60.642.291,05)	(60.649.824,90)	(696.517,91)	(737.198,53)	(61.338.808,96)	(61.387.023,43)
(-) Provisões Trabalhistas	(178.078,46)	(82.943,60)			(178.078,46)	(82.943,60)
(-) Depreciação	(4.457.556,14)	(5.151.482,67)	(61.747,57)	(72.654,68)	(4.519.303,71)	(5.167.224,23)
(-) Gerais	(126.000.170,36)	(116.368.802,09)	(26.798.788,82)	(33.742.798,34)	(106.957.477,66)	(98.440.984,84)
(-) Despesas Financeiras	(163.848,92)	(208.940,39)	(3.965,89)	(4.204.711,20)	(167.814,81)	(4.413.651,59)
(-) Isenção Usufruída	27 (20.449.563,03)	(20.027.799,60)			(20.449.563,03)	(20.027.799,60)
14 (=) Superávit Operacional Saúde	2.091.425,63	2.781.286,54	461.164,53	25.183,04	2.552.590,16	2.806.469,58
2 (+) Receita das Atividades Sustentáveis: (fontes de recursos, geram receitas para atividade fim, conforme art3º do Estatuto Social, baseado no CTN)	45.013.253,58	45.484.445,30	-	-	44.550.397,26	45.460.640,97
(+) Receitas c/ Contribuições Associativas	39.299.253,04	39.653.950,10			39.299.253,04	39.653.950,10
(+) Receitas c/ Aluguéis	263.280,22	172.595,76			263.280,22	172.595,76
(+) Receitas Financeiras	256.066,03	797.558,87			256.066,03	797.558,87
(+) Receita s/ Aplicações Financeiras	1.436.842,93	1.199.450,22			1.436.842,93	1.199.450,22
(+) Outras Receitas	15 1.478.645,50	1.448.847,00			1.015.789,18	1.425.042,67
(+) Isenção Usufruída	27 2.279.165,86	2.212.043,35			2.279.165,86	2.212.043,35
Receita Líquida de Atividades Sustentáveis	45.013.253,58	45.484.445,30	-	-	44.550.397,26	45.460.640,97
21 (-) Despesas Operacionais Atividades Sustentáveis:	(38.943.582,08)	(37.324.835,02)	-	-	(38.943.582,08)	(37.324.835,02)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(1.670.199,83)	(1.661.362,76)			(1.670.199,83)	(1.661.362,76)
(-) Provisões Trabalhistas	-	-			-	-
(-) Depreciação	(269.189,61)	(379.837,67)			(269.189,61)	(379.837,67)
(-) Gerais	(34.606.289,28)	(32.940.066,18)			(34.606.289,28)	(32.940.066,18)
(-) Despesas Financeiras	(118.737,50)	(131.525,06)			(118.737,50)	(131.525,06)
(-) Isenção Usufruída	(2.279.165,86)	(2.212.043,35)			(2.279.165,86)	(2.212.043,35)
22 (=) Superávit Operacional Atividades Sustentáveis	6.069.671,50	8.159.610,28	-	-	5.606.815,18	8.135.805,95
3 - (=) Superávit do Exercício (toda Entidade)	17 8.161.097,13	10.940.896,82	461.164,53	25.183,04	8.159.405,34	10.942.275,53

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)**

	CONTROLADORA				COLIGADA				CONSOLIDADO			
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
RECEITAS	226.395.609,44		216.703.300,39		27.677.311,22		38.311.714,49		254.072.920,66		255.015.014,88	
Receitas de Atividades Área Saúde	186.409.485,10		179.317.628,28		27.272.559,40		33.854.617,04		213.682.044,50		213.172.245,32	
Outras Receitas	39.299.253,04		39.653.950,10		404.751,82		4.559.622,85		39.704.004,86		44.213.572,95	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	686.871,30		(2.268.277,99)		-		(102.525,40)		686.871,30		(2.370.803,39)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(154.120.609,42)		(139.518.354,51)		(26.028.289,92)		(36.901.737,55)		(180.148.899,34)		(176.420.092,06)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(153.838.023,00)		(139.177.889,06)		(26.028.289,92)		(36.901.737,55)		(179.866.312,92)		(176.079.626,61)	
Outros	(282.586,42)		(340.465,45)		-		-		(282.586,42)		(340.465,45)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	72.275.000,02		77.184.945,88		1.649.021,30		1.409.976,94		73.924.021,32		78.594.922,82	
Depreciações/Amortizações	(4.726.745,75)		(5.531.320,34)		(61.747,57)		(15.741,56)		(4.788.493,32)		(5.547.061,90)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	67.548.254,27		71.653.625,54		1.587.273,73		1.394.235,38		69.135.528,00		73.047.860,92	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA												
Receitas Financeiras	3.249.471,10		3.657.263,28		344.873,50		433.193,98		3.594.344,60		4.090.457,26	
Outras	7.309.249,04		5.886.840,48		-		-		6.846.392,72		5.863.036,15	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	78.106.974,41	91%	81.197.729,30	91%	1.932.147,23	100%	1.827.429,36	100%	79.576.265,32	91%	83.001.354,33	91%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
Colaboradores	57.535.026,64	74%	57.019.584,70	70%	696.517,91	36%	737.198,53	40%	58.231.544,55	73%	57.756.783,23	70%
Aluguéis	-		-		-	0%	28.000,00	2%	-		28.000,00	
Assistência Social	7.237.832,89		7.361.355,75		-		-		7.237.832,89		7.361.355,75	
Governo	5.173.017,75	7%	5.875.892,03	7%	774.464,79	40%	1.037.047,79	57%	5.947.482,54	7%	6.912.939,82	8%
Superávit do Exercício	8.161.097,13	10%	10.940.896,82	13%	461.164,53	24%	25.183,04	1%	8.159.405,34	10%	10.942.275,53	13%
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	78.106.974,41		81.197.729,30		1.932.147,23		1.827.429,36		79.576.265,32		83.001.354,33	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis